



TOCHA



Órgão Oficial de Informações do Sindipetro São José dos Campos - 16/05/2012 Nº 10 de 2012

PLR 2011: temos que intensificar a luta!

Em reunião com RH corporativo, primeiramente, foi dito que estávamos perdendo a oportunidade de aceitar a proposta de PLR FUTURA; em outro momento, que poderiam acabar com essa remuneração

No momento em que a empresa apresentava o relacionamento com os acionistas, nós cobramos do RH o relacionamento com os empregados sobre a negociação do montante final e a forma de distribuição da PLR 2011, o que ainda não começou por inércia, incompetência ou má fé do RH Corporativo.

A direção da Petrobras hora se faz de morta, hora de desentendida diante dos ofícios enviados para a empresa em 5 de janeiro, 29 de fevereiro e 17 de abril e a comunicação das mobilizações aprovadas por nossa base.

Nós queremos que a empresa agende negociação sobre a PLR 2011. Em 1º de fevereiro a empresa fez

reunião, a pedido da FNP, para tratar da PLR futura. Nessa reunião, afirmamos que não discutiríamos mais a PLR Futura se não negociássemos a PLR passada.

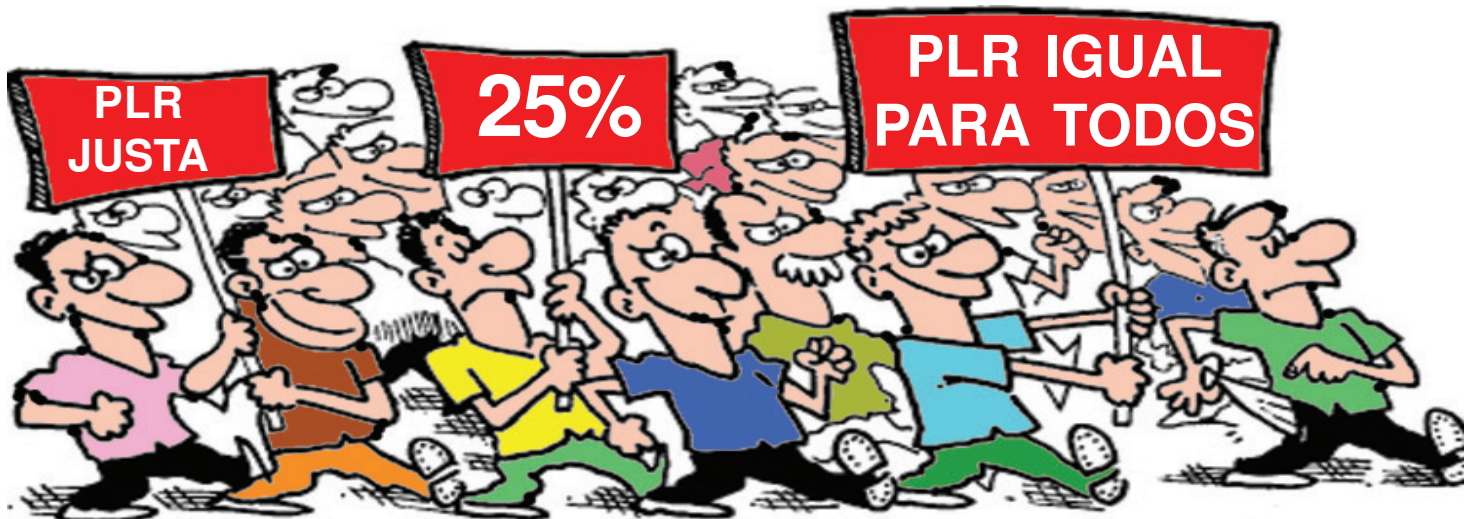
Agora ainda por cima dizem que já nos responderam a esse respeito em ofício enviado a direção sindical. Essa resposta é como não ter nenhuma, pois foi dito apenas que ainda não há dados suficientes para negociar, apesar de já terem reservado valores de quitação da PLR 2011 insuficientes para alcançar os 25% do que repassam aos acionistas.

Diante da incompetência e descaso absurdo da gerência em não discutir os valores, nós da Revap devemos intensificar os atrasos indeterminados e

por tempo indeterminado para buscar negociação.

A lei 10.101 de 2000 permite que o montante repassado para a categoria seja o equivalente a 25% do que é repassado aos acionistas. Estamos longe desse limite e temos que nos unir para fortalecer as nossas mobilizações. Não pense que não pode piorar. Já estamos em maio. A empresa quer resposta favorável quanto a PLR Futura. Já insinuaram acabar com a PLR e até agora não querem negociar a PLR 2011.

Os nossos direitos estão para ir para o ralo se não lutarmos. O caminho é a luta! É só passar pelos companheiros que estão mobilizados e se juntar a eles para não lamentar depois.



O SINDIPETRO/SJC ESTÁ DE PORTAS ABERTAS. ASSOCIE-SE!

Abaixo a prisão e perseguição aos trabalhadores em luta nas obras do PAC, da Copa e das Olimpíadas!

As obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento, vulgo Programa de Aceleração da Corrupção), da Copa e das Olimpíadas exploram, matam trabalhadores e enriquecem as construtoras amiguinhas do governo. Os trabalhadores da construção civil são explorados com salários miseráveis e péssimas condições de trabalho. Contudo, os trabalhadores estão se levantando contra a exploração!

É exemplo disso nós vimos, inclusive, nas obras de ampliação/modernização da Revap. Aqui, em São José dos Campos, 10 mil trabalhadores cruzaram os braços para exigir dignidade e respeito com o pagamento de todos os direitos trabalhistas. Muitos foram discriminados e sofreram restrição.

Recentemente, houve fortes greves e paralisações nas obras do Maracanã e das usinas hidrelétricas do Rio Madeira, em Rondônia. Milhares de companheiros foram demitidos das obras do PAC por causa das

greves. E há trabalhadores presos. As prisões foram forjadas pelas próprias construtoras para receber o seguro das obras das hidrelétricas do Rio Madeira, em Rondônia, que é de R\$ 400 milhões a R\$ 1 bilhão. Se ficar provado que a greve

federal até criou uma comissão com centrais sindicais pelegas e construtoras para fingir que respeitará os direitos dos trabalhadores! Isso não passa de uma farsa. Essa chamada Comissão Tripartite só vai endossar a



ocorreu por motivos trabalhistas, as construtoras não recebem nada.

As construtoras exploram milhares de trabalhadores, com o apoio das autoridades Federais, o que deve ser de conhecimento da Presidente Dilma, para impor os interesses financeiros, mas, hoje, a Copa e as Olimpíadas só ocorrerão se os trabalhadores permitirem. É por isso que o governo

exploração e a perseguição aos lutadores dos canteiros de obras.

Não é crime lutar por aumento salarial e melhores condições de trabalho. O direito de greve e os outros direitos trabalhistas têm que ser respeitados e as prisões dos operários de Jirau são ilegais. Pela imediata liberdade dos presos políticos das obras do PAC! Abaixo a perseguição e a repressão aos trabalhadores!

Prestação de contas

A ação de prestação de contas movida pelo Sindipetro-SJC contra gestões presididas por Jorge

Antonio Cândido à frente da entidade segue na justiça. Já houve decisão obrigando a prestação de conta referente

ao período da gestão anteriormente citada, o que ainda não ocorreu por causa de recursos interpostos.

Petrobras demite outra trabalhadora por insubordinação

A Petrobras - Transpetro - demitiu a trabalhadora Ana Paula Aramuni do Norte Fluminense em represália as denúncias de condições inseguras no Terminal de Cabiúnas onde a SRTE notificou a empresa em mais de 30 itens apontados pela técnica de laboratório. A demissão ocorreu no último dia 4. Ana Paula é do Terminal de Cabiúnas e tem estabilidade por ter sido da CIPA e por ter se inscrito como candidata ao conselho de administração da Transpetro. Ela é a primeira trabalhadora do Sistema Petrobras a ser demitida, ironicamente, no governo da

presidente Dilma, que sofreu perseguição por lutar contra a ditadura.

É justamente este governo que agora inverte a situação e impõe uma ditadura sobre o sistema produtivo em que todos aqueles que se levantam contra a exploração são perseguidos. É bom lembrar que há pouco tempo a Petrobras teve eleito o candidato da FNP, do Sindipetro-RJ e entidades de aposentados, Silvio Sinedino, ao Conselho de Administração da Petrobras, vencendo o candidato da empresa.

Por isso, na eleição para o conselho da Transpetro, eles

partiram para a perseguição para impedir que a trabalhadora fosse eleita pela base. Jogo sujo, bárbaro e ilegal, já que até o regulamento das eleições para o Conselho Administrativo impede a demissão de empregado que esteja concorrendo ao cargo de representante. Essa demissão é um crime!

Nós já vimos isso ocorrer com a companheira Leninha da Petrobras, com os terceirizados das obras da Revap e com a Ana Paula. Contudo, não podemos aceitar isso! Nós exigimos que a Transpetro respeite a lei e anule essa demissão ilegal!

Imposto Sindical permanece com ministério do Trabalho enfraquecido

O ministério do Trabalho, convenhamos, é apenas uma pasta burocrática no governo, pois quem decide qualquer coisa relacionada ao trabalhador é diretamente o Palácio do Planalto. Fora isso, os deputados e senadores vivem votando leis que atacam direitos trabalhistas. Ao ministério do Trabalho cabe apenas cumprir as normas.

Isso é ainda mais nítido no governo Dilma. O ex-ministro Carlos Luppi caiu em dezembro sob denúncias de corrupção e a pasta ficou cinco meses sem um titular. Só agora o tráfico de

influência do PDT do deputado Paulinho da Força Sindical escolheu um novo ministro, o neto de Brizola.

Tendo como dono o PDT (partido acusado de desviar milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador), a única utilidade do ministério do Trabalho é autorizar a criação de novos sindicatos em busca do Imposto Sindical. É fato que vários sindicatos precisam deste dinheiro para se manter. Contudo, também é fato que vários sindicatos estão atrelados ao governo por causa do Imposto Sindical e cargos comissionados no poder público. Assim, os sindicatos, federações e

centrais sindicais governistas usam o Imposto para atacar sindicatos independentes e fazer o jogo dos governos e patrões.

O Sindicato dos Petroleiros de São José dos Campos devolve o dinheiro deste imposto aos sindicalizados. Nós entendemos que o atrelamento financeiro ao governo por meio deste imposto e a cooptação de dirigentes sindicais com cargos comissionados enfraquece o movimento sindical, portanto, enfraquece a luta pela manutenção e conquista de direito dos trabalhadores!

Patrões conseguem barrar PEC contra a escravidão

A bancada ruralista da Câmara dos Deputados, que é formada ou patrocinada por patrões, latifundiários e afins, conseguiu barrar na terça-feira, 8, a votação da PEC 438. Essa Proposta de Emenda Constitucional tramita desde 2001 no Congresso e até hoje não foi votada porque afeta os interesses dos empresários e exploradores da área rural.

A PEC 438 estipula o confisco das terras onde sejam encontrados trabalhadores em situação semelhante à escravidão, o que ocorre principalmente nas regiões norte e nordeste do país. Por mais distante que possa parecer da nossa realidade, o trabalho escravo existe no Brasil. Trabalhadores são mantidos à força em fazendas

por causa de dívidas impostas pelos patrões.

Nós temos que lutar pela aprovação desta PEC, pela criminalização dos patrões e latifundiários do campo que escravizam os trabalhadores e confiscar essas terras para a reforma agrária. Não basta ser um das principais economias do mundo, temos que libertar o nosso povo da exploração!

A luta da companheira Leninha também é nossa!

A situação da companheira Leninha, que foi demitida da unidade da Petrobras da Bahia é precária. A companheira foi demitida e perseguida barbaramente porque militava na defesa da saúde do trabalhador, sendo ela mesma vítima de contaminação por substâncias químicas. A condição de saúde atual da companheira é debilitada.

O Sindipetro-SJC tem contribuído financeiramente com Leninha, conforme deliberação da base em assembleia, a título de empréstimo. A companheira chegou a solicitar no ano passado a suspensão do repasse, pois ela fez acordo nos autos com a Petrobras, já que não tem mais condições físicas de lutar pela sua reintegração ao trabalho.

Contudo, a Petrobras quer realmente prejudicar a companheira e, por isso, está enrolando para pagar o que deve. Esse ataque da Petrobras a Leninha, como o ataque a companheira Ana Paula, é um ataque a toda a categoria, é um ataque a cada um de nós que está suscetível a contaminações e ainda a perseguições da desumana Petrobras.

COMITÊ DE SMEES

No dia 10 de maio de 2012, ocorreu reunião do comitê de SMEES com a Federação Nacional dos Petroleiros com a finalidade de tentar criar padronização e uniformização na avaliação da capacidade para o trabalho dos acidentados com ou sem afastamento.

Com apresentação do DR. Rossato (médico do SMEES), foi solicitada proposta da empresa para que

os sindicatos da FNP debatam com a categoria e em congresso para encontrarmos uma forma de padronizar os tratamentos dos acidentados no Trabalho.

Sabemos que gerentes operacionais interferem na gerência da área médica com o intuito de falsear as estatísticas de acidentes, muitas vezes prejudicando os trabalhadores e até mesmo

colocando em risco a continuidade operacional.

Sabemos também que há gerentes do serviço ocupacional que não são profissionais da área e que essa política com certeza não atende a saúde. Quando recebermos a proposta da empresa, a encaminharemos para que a base contribua com sugestões e, se possível, criar padronização na avaliação da capacidade para o trabalho.